CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

MEMORANDO Nº 1755 /02/CH/GAB/SNI

DATA: 03 OUT 85.

ASSUNTO: AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA INDÚSTRIA DE MATÉRIAS-PRIMAS FARMACÊUTICAS.
- EDUARDO DEMARCHI DIFINI.

REFERÊNCIA: . - .

ORIGEM: GRUPO GETEC (1915/10/85).

DIFUSÃO: AC/SNI.

ANEXO: Cópia de Carta do nominado, datada de 01 Ago 85, encaminhando cópia da Avalição em epígrafe.

1.

2. DESPACHO:

☐	ACOMPANHAR	☐	EMITIR PARECER
☐	APROFUNDAR	☐	JUÍZO SINTÉTICO
☒	REGISTRAR	☐	PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS
☒	CONHECER	☐	PRODUZIR INFORMAÇÃO
☐	ARQUIVAR	☐	POSSÍVEL APROVEITAMENTO
☐	O QUE CONSTA	☐	DIFUNDIR PARA
☐	PROCESSAR	☐	
☐	LDB ( )	☐	

PARA USO DO DESTINATÁRIO

CONFIDENCIAL

VIDE LANÇAMENTOS NO VERSO DESTA FOLHA

GRUPO GETEC
GETEC GUANABARA QUÍMICA INDUSTRIAL S.A.

GGE-106/85

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1985.

Ao
Exmo. General de Exército
Ivan de Souza Mendes
Ministro Chefe do
Serviço Nacional de Informações

Senhor Ministro,

Vimos pela presente trazer ao conhecimento de V. Excia. assunto que reputamos da maior gravidade para preservação dos interesses nacionais.

Enquanto foi pequeno o interesse do empresário nacional na produção de matérias-primas farmacêuticas, a oposição das empresas estrangeiras, embora sempre forte, limitava-se à iniciativa da empresa cuja importação era prejudicada.

Isto aconteceu quando foram implantadas, primeiro a Getec, signatária desta carta, produzindo o sorbitol e manitol; mais tarde, a Cibran produzindo eritromicina e outros antibióticos, a Biobrás produzindo insulina, e a Gefar, subsidiária da Getec, produzindo dextrose injetável.

rua joaquim lemos 48 tel. 701-1515 24.740 alcântara são gonçalo rj brasil

Com a formação da Norquisa e o interesse de grande parte dos empresários petroquímicos nacionais voltando-se para a química fina, da qual faz parte a indústria farmacêutica, como o último grande setor onde ainda havia importações a substituir, as empresas multinacionais sentiram sua hegemonia ameaçada e passaram a atuar em conjunto.

A primeira iniciativa foi anunciar a intenção de fabricar algumas matérias-primas farmacêuticas, coincidentemente aquelas, e só aquelas, já fabricadas por empresas nacionais ou com projetos já submetidos ao CDI.

Esta atuação é sempre muito facilitada pelo conhecimento antecipado dos projetos em curso, e que decorre da necessidade que tem o empresário nacional de desenvolver pesquisas ou negociar tecnologia, e de submeter seu projeto ao CDI para qualificar-se a empréstimos oficiais.

Esta vulnerabilidade foi parcialmente compensada pela Portaria Interministerial nº 4, dos Ministérios da Saúde e da Indústria e Comércio, requerendo a submissão de todos os projetos nesta área, inclusive o das multinacionais, à aprovação do CDI.

Esta portaria provocou logo uma forte oposição das empresas multinacionais, que procuraram argüir sua constitucionalidade e influenciar o Governo de todas as maneiras, no que viram frustrados seus esforços.

O Projeto de Lei logo após encaminhado ao Congresso pelo Executivo em 12.03.85, consolidando a política governamental neste mesmo sentido (Projeto de lei nº 5080/85), está encontrando também forte oposição organizada de todas as empresas multinacionais e de seus órgãos de classe.

Ao mesmo tempo foi tomada por elas a iniciativa, obviamente conjunta, de apresentar ao CDI projetos para a fabricação de todos os produtos principais do setor, com o objetivo evidente de ocupar espaços e evitar a entrada do empresário nacional na química fina.

Para coordenar o "lobby" foi definida uma estratégia proposta pelo documento anexo, apresentado em Nova York em novembro de 1981, pelo Sr. Roberto Santucci, presidente dos Laboratórios Abott. A iniciativa é da Abifarma que congrega os laboratórios estrangeiros e deve-se entender que quando se refere à "indústria farmacêutica" não inclui nem os laboratórios nacionais, nem as indústrias empenhadas na fabricação de princípios ativos que visam libertar o País da dependência do exterior.

Esta atuação está se fazendo sentir e as iniciativas das empresas estrangeiras nitidamente obedecem a uma coordenação centralizada.

É indispensável e urgente que se tomem medidas para neutralizar esta atuação, se não quizermos ver a definição da política nacional para a indústria farmacêutica, em discussão no Congresso, seriamente prejudicada ou até deformada.

O setor é por demais importante para a Segurança Nacional, para que possamos aceitar que seja dominado por interesses alheios aos Objetivos Nacionais. Um breve esboço, também anexo, delineia as razões de nossa preocupação.

A Getec Guanabara Química Industrial S.A., empresa nacional sem nenhuma participação de capital estrangeiro, pioneira na produção de matérias-primas farmacêuticas e no desenvolvimento de tecnologia própria, uma das empresas ameaçadas pela ação das empresas multinacionais, julga-se no dever de trazer o assunto ao conhecimento de V. Excia., no sentido de resguardar os interesses nacionais que coincidem com os da própria empresa.

GRUPO GETEC
GETEC GUANABARA QUÍMICA INDUSTRIAL S.A

Tememos que se não for tomada rapidamente uma medida acauteladora, venham a ser aprovados projetos apresentados ao CDI que, na realidade, obstruirão o desenvolvimento do setor e o objetivo de reduzir dependência no exterior em área extremamente importante para a Segurança Nacional.

Ao inteiro dispor de V. Excia. para quaisquer outros esclarecimentos adicionais, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Excia. nossos protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

Atenciosamente

Eduardo Demarchi Difini

BREVE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA INDÚSTRIA DE MATÉRIAS-PRIMAS FARMACÊUTICAS

Características do Setor

Embora por indústria farmacêutica deva se entender apenas a produção de matérias-primas farmacêuticas (farmacos), para compreender a importância estratégica do setor e sua vulnerabilidade é necessário também considerar a indústria consumidora constituída pelos laboratórios farmacêuticos, que apenas formulam e embalam os medicamentos, cujos produtos são vendidos ao público.

Há algum tempo atrás, os laboratórios nacionais comercializavam mais da metade dos medicamentos. Esta situação modificou-se, principalmente pela aquisição de laboratórios nacionais, até o ponto de que hoje 62 empresas multinacionais vendem mais de 85% dos medicamentos, enquanto aproximadamente 435 empresas nacionais dividem entre si 15% do mercado. Acaba-se de saber, outrossim, que o Laboratório Aché, o maior nacional e segundo em tamanho entre todos, vem de ser vendido a uma multinacional do setor.

Dominado o mercado, deixou de haver pressão para a produção das matérias-primas no País. Ao contrário da indústria automobilística, onde a mão-de-obra tem peso e seu baixo custo no Brasil permite penetrar em mercados inatingíveis a partir das

matrizes, na indústria química ela não é fator significativo. Em 1984, 74% das exportações de produtos químicos foram feitas pela indústria nacional e apenas 26% pelas multinacionais.

Para uma multinacional produzir no Brasil matéria-prima farmacêutica, isto representa superposição de investimento e perda de vendas da matriz. Além de remunerar o investimento, essa produção teria que cobrir a perda de lucro da matriz em virtude da geração de capacidade ociosa.

No Brasil o problema é agravado pelo interesse de multinacionais do setor em continuar a importar, não só para vender a produção de suas matrizes, como para manter o fluxo comercial, permitindo a remessa disfarçada de lucros, evadindo impostos sobre a sua remessa e o próprio imposto de renda. Isto fica patente pelo contraste entre os grandes investimentos anunciados e os sistemáticos prejuízos atribuídos à ação reguladora de preços do CIP. Também contestados pelos balanços quando estes ainda eram publicados, antes das empresas multinacionais transformarem-se em limitadas.

Outro agravante é a ineficiência de qualquer sistemática de controle de preços ante as deformações de custo permitidas pelo comércio com a matriz. A integração do setor em mãos de empresas multinacionais que atuam em cartel compromete até a eficiência da Central de Medicamentos.

Não é de estranhar, portanto, que tanto a indústria farmacêutica como os outros setores da química fina, corantes, aditivos e calalizadores, sejam os mais deficitários em balanço de divisas.

Embora os números exatos não sejam conhecidos, pois há produtos importados para serem reexportados para a ALADI, as importações de produtos farmacêuticos superam US$400 milhões, enquanto exportam-se apenas US$100 milhões.

Importância Estratégica

A preservação da saúde de um povo é, sem dúvida, estrategicamente muito importante, tanto sob o ponto de vista econômico e social, como diretamente para a própria Segurança Nacional. Para a consecução deste objetivo, o suprimento adequado de medicamentos ao alcance de todos é fator indispensável.

Sob este ponto de vista, o Brasil é muito carente não só pelo consumo médio baixo, como pela má distribuição e utilização dos medicamentos. Ele é um dos mais baixos e mesmo o México consome duas vezes mais medicamentos "per capita" do que o Brasil.

O barateamento dos medicamentos é preocupação de quase todos os países, mesmo daqueles que são sede de grandes multinacionais do setor.

A experiência dos Estados Unidos é indicativa. Lá o problema está sendo atacado forçando a adoção dos nomes genéricos do princípio ativo em substituição aos nomes comerciais dos remédios, como único meio de colher o benefício do término das patentes, ante a integração vertical da indústria e de sua poderosa e dispendiosa organização de comercialização e publicidade.

Receitando-se pelo nome genérico, quebra-se a hegemonia das grandes empresas do setor com substancial redução de preços. Estima-se que, em 1983, 15% dos medicamentos foram assim substituídos, e se pretende elevar este número para 25% até 1987, com uma redução de preço que varia em torno de 50%.

No Brasil, a Central de Medicamentos (CEME) cumpriria a mesma função já que, além de não ter objetivos lucrativos, evita os altos custos de embalagem, promoção de vendas e publicidade, com os medicamentos vendidos pela rede de seus laboratórios custando apenas 15% do preço cobrado pelos laboratórios estrangeiros, segundo dados de 1983. Ela, no entanto, encontra várias dificuldades e representa apenas 10 a 12% do suprimento nacional de remédios, quando deveria representar de 50 a 60%, para atender à população que recebe até dois salários mínimos.

Mesmo tendo as maiores verbas de que necessita, a CEME continuará limitada pela dificuldade de aquisição de farmacos a preços realmente competitivos e pela necessidade de comprar remédios

já formulados, como ainda faz em muitos casos. Este objetivo só será alcançado com suprimento independente de matérias-primas farmacêuticas nacionais.

Também sob o ponto de vista de divisas, isto é indispensável. Com o pequeno grau de nacionalização hoje existente na indústria farmacêutica, um atendimento adequado da população requereria elevar a importação de farmacos de US$400 milhões para mais de US$2 bilhões.

A importância para a Segurança Nacional, que depende diretamente da nacionalização da indústria, é bem demonstrada pela recente experiência argentina.

A falta de estímulos desnacionalizou a produção de antibióticos naquele país, fechando-se as fábricas existentes. Quando veio o embargo decorrente da guerra das Malvinas, a Argentina procurou abastecer-se no Brasil, mas não foi atendida pelas multinacionais que acompanharam o embargo das matrizes, ficando limitada aos suprimentos da Cibran, que não foram suficientes para o atendimento da população. Pressões semelhantes não dependem exclusivamente de guerras e o Brasil não está a salvo de embargos por outros motivos.

Vulnerabilidade da Indústria Nacional de Matérias-Primas Farmacêuticas

Os três produtores nacionais de matérias-primas farmacêuticas

têm fábricas eficientes. A competitividade neste setor, no entanto, depende pouco disto.

A Cibran, produtora de antibióticos (eritromicina, amplicilina, cefalex e glutamicina), começou a produzir em fevereiro de 1981, sendo hoje o maior produtor do setor de antibióticos, com um terço do faturamento para o exterior. O outro produtor nacional de expressão é a Fontoura Wyat pertencente a Home Products, que fabrica penicilina, tetraciclina e oxitetraciclina.

A Biobrás produz insulina, enzimas e proteínas, também faturando um terço para o exterior. Ela supre 95% da insulina consumida no País, os restantes 5%, sendo constituídos por produto já formulado por empresa dinamarquesa, que ironicamente é sua compradora.

A Getec exporta 80% do manitol produzido e 20% do sorbitol. Penetra no mercado de 25 países, incluindo os Estados Unidos e Japão, algumas vezes vendendo aos próprios produtores, a despeito de um desfavorecimento hoje muito grande no preço de sua matéria-prima, o açúcar. Ele custa no mercado interno US$220/t, sendo exportado a US$70 e disponível para o produtor americano a pouco mais do que isto, já que é especificamente isento da sistemática de cotas quando usado como matéria-prima química.

A competitividade no mercado externo é viável, como a experiência o demonstra, uma vêz que o produtor estrangeiro não quer a

viltar seu mercado interno com uma guerra de preços. Por outro lado, se as exportações forem divididas por vários países, não atingirão em nenhum deles níveis significativos que justifi - quem ativar os mecanismos de proteção. Algumas vezes isto também pode ser evitado, vendendo ao produtor estrangeiro em vêz de diretamente ao mercado, embora com sacrifício de preço.

A empresa nacional pode ter, inclusive, competitividade no mercado interno ante uma empresa multinacional, que venha se instalar no Brasil ao mesmo tempo e que não tenha aqui uma linha diversificada de produtos. As cartas anexas da Atlas Chemicals à Getec, mostram como a empresa nacional pode resistir a este tipo de pressão e são apresentadas, também, para exemplificar a agressividade das empresas multinacionais.

A competitividade no mercadc interno ante uma empresa multinacional que já esteja instalada no Brasil para uma linha diversificada de produtos, com a dimensão que lhe é típica , que decida também fabricar o mesmo farmaco, infelizmente não depende apenas da eficiência técnica ou comercial da empresa nacional. Vários fatores são desfavoráveis a nós.

O mercado consumidor está em mãos de empresas multinacionais, que representam mais de 85% do faturamento dos laboratórios farmacêuticos. O consumo é nacional, mas o mercado é estrangeiro.

As empresas nacionais, em geral, fabricam poucos produtos e uma guerra de preços facilmente atinge todo o seu faturamento. As multinacionais que competirem com elas, no entanto, só estão comprometendo a rentabilidade de uma parcela muito pequena de sua produção. A maior parte do seu faturamento continua resguardada de competição, livre de um controle efetivo de preços, e até de pagamento de impostos, graças ao comércio com a matriz. Acresce ainda, a sua grande capacidade financeira e o cartel que evita competição entre as empresas multinacionais.

Por outro lado, como o mercado interno é limitado e a indústria química tem uma economia de escala muito marcante, praticamente apenas as matérias-primas constituem o custo variável. Basta uma multinacional entrar dividindo o mercado com a empresa nacional, para levá-la ao prejuízo. A sua penetração no mercado é fácil em virtude do domínio estrangeiro dos laboratórios.

Obviamente a multinacional também terá prejuízo naquele produto, mas ela tem muitos outros para compensá-lo. O importante a salientar é que a guerra de preços não é necessariamente evidente.

Mesmo que a competição da multinacional seja mantida, por conveniência política, a níveis que permitam a sobrevivência marginal da empresa nacional, esta perde escala de produção, sua base para exportação e toda condição para expandir abrangendo outros produtos.

A multinacional terá conquistado uma vitória, desencorajando, com o exemplo, incursões de outros empresários nacionais no restante de sua linha de produtos. Livre da ameaça, não necessita mais nacionalizar a importação do farmaco, ou o faz apenas para constar, mantendo a produção nacional insuficiente como às vezes ocorre. Preserva sua rentabilidade e o comércio com a matriz, que continua a exportar os seus farmacos, além de deixar de ter no mercado internacional a interferência de um produtor fora do cartel mundial de medicamentos.

Como tem ela muito mais rapidez de implantação em qualquer projeto, pode adotar esta posição sem nenhum risco, aguardando a iniciativa do empresário nacional para então agir. Voltar-se-á a época em que bastava a empresa multinacional anunciar a intenção de instalar uma fábrica para bloquear qualquer iniciativa nacional.

As grandes potências defendem o seu mercado sem nenhum constrangimento, com medidas objetivas e rigorosas, como está sobejamente demonstrado pelas recentes medidas protecionistas promulgadas pelos Estados Unidos afetando o Brasil, embora preguem para nós o oposto.

O fator de Poder Nacional mais importante que um país tem sob o seu inteiro controle é o seu mercado interno. Através dele é que podemos exercer a nossa soberania. A importância do nosso é amplamente demonstrada pela agressividade com que as empresas multinacionais farmacêuticas procuram preservá-lo.